



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho de Administração do Instituto Estadual de Florestas

Secretaria Executiva

1 ATA da 205ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho de Administração do Instituto Estadual de Florestas,
2 realizada no dia 19/10/2010 às 14h:00m, no 4º andar do Edifício Sisema, à Rua Espírito Santo, 495 – centro,
3 Belo Horizonte/MG, com a presença dos seguintes conselheiros: Inês F. Rasuck, Vice-Diretora Geral e
4 Coordenadora do Conselho/IEF, João Paulo M. Sarmiento, representante titular e Diretor de Monitoramento e
5 Fiscalização Ambiental/IEF, Afonso Damásio Soares e Carlos Alberto S. Oliveira, representantes titular e
6 suplente da FAEMG; Afonso Henrique Paulino, representante titular da FIEMG; Ronaldo F. Magalhães,
7 representante titular e Diretor de Áreas Protegidas/IEF, Márcio Gomes Carneiro e Fernando Antônio Ferreira,
8 representantes titular e suplente da SMEF, Vilson Luiz da Silva, titular da FETAEMG, José Medina da Fonseca,
9 titular e Diretor de Desenvolvimento e Conservação Florestal/IEF, Célio Murilo de Carvalho Valle, titular e
10 Diretor de Biodiversidade/IEF, Cleide Izabel Pedrosa de Melo, titular e Diretora Geral do IGAM, José Cláudio
11 Junqueira, titular e Presidente da FEAM, Geovane Mendes de Miranda, Superintendente de Recursos Humanos
12 e suplente da Subsecretaria de Inovação e Logística do SISEMA, José Luiz de Magalhães Neto e Antônio Claret
13 de Oliveira, representantes de cientistas de notório saber e destacada atuação na área florestal e de
14 biodiversidade. Também presentes os analistas jurídicos Dra. Marisa do Carmo Reis/IEF e Dr. Gustavo Chaves
15 Carreira Machado/Procurador-AGE. Constatado o *quorum* regimental, a conselheira Inês Rasuck, presidindo a
16 mesa, iniciou os trabalhos do dia, passando a palavra aos conselheiros. O conselheiro Vilson inicia dizendo que
17 o presidente da CRA, João Paulo Sarmiento tem feito um bom trabalho que resultou em um avanço nas
18 atividades daquela Câmara, mas que a insatisfação continua, por parte principalmente da Fetaemg, Faemg e
19 Fiemg em relação às multas, volume de processos em cada reunião, prazo prescricional e paridade - já que as
20 entidades de classe são apenas três e que sempre perdem no resultado das votações. Disse que ele chegou
21 mesmo a pensar em sair da representação. Na sequência, fala Carlos Alberto, da Faemg. Faz um retrospecto da
22 Câmara do Conselho do IEF, desde sua criação. Lembra a interrupção e a reativação da Câmara, a partir do
23 início de 2009, com grande volume de trabalho e muitas dificuldades. Reiterou todas as reclamações de Vilson,
24 incluindo a adoção da metodologia de votação em bloco. Questionou também o fato de que a polícia ambiental e
25 o próprio IEF lavram multas e ao mesmo tempo fazem parte da câmara julgadora, o que não é correto, bem
26 como o não cumprimento do regimento interno, no sentido de que os processos não são devidamente instruídos
27 com pareceres técnicos e jurídicos. Prosseguindo, Dr. Afonso Paulino confirma todos os itens já levantados,
28 acrescentando que todo dolo deve ser punido, mas que as boas ações, em contrapartida, devem ser exaltadas.
29 Pondera que muitas vezes não seria necessário multar, mas apenas orientar e advertir o autuado. O conselheiro
30 José Luiz de Magalhães Neto sugere que o conselheiro José Cláudio, da Feam, explique como funciona a
31 lavratura e demais procedimentos naquela entidade. Este disse que antes, os fiscais não aplicavam a multa,
32 apenas lavrando os autos que depois eram analisados por uma câmara recursal do Copam, com direito de defesa
33 pelo autuado mesmo antes desse julgamento. Se decidido pela multa, o autuado tinha direito a um pedido de
34 reconsideração à câmara e, persistindo o indeferimento, ainda era possível recorrer junto ao grande plenário.
35 Continua José Cláudio falando que a partir de 2005 a Feam passou a ter o mesmo procedimento do IEF, embora
36 ele seja contra, por considerar que não seja este o modelo adequado para o setor da indústria, mineração e infra-
37 estrutura. Disse que está sob análise a possibilidade da Feam voltar ao sistema antigo. Conclui dizendo que é
38 necessário que seja discutido e reavaliado todo o sistema de fiscalização praticado pelos órgãos do Sisema. A
39 presidente, com a palavra, disse que a questão da Câmara de Recursos do IEF é preocupante e já está sendo
40 devidamente analisada. Vilson retoma a palavra, reforçando o problema da paridade das representações na
41 Câmara. E fala sobre a forma inadequada de como são lavradas as multas, sem considerar as necessidades do
42 autuado, as condições necessárias para as atividades de plantio, etc., e seu desconhecimento da legislação
43 ambiental – que poderia ser resolvido com a confecção de uma cartilha que fosse distribuída a todos,
44 principalmente aos pequenos produtores e agricultores. Na sequência, o conselheiro Ronaldo fala que na opinião
45 dele, não se busca numa Câmara ganhar ou perder, mas sim analisar e julgar devidamente. E considera que os
46 processos que vão à CRA já estão na última instância, tendo sido já decididos em uma primeira instância, o que
47 já os qualifica como aptos a julgamento e instruídos. Prosseguindo a pauta, a presidente coloca para exame a
48 Ata da 204ª Plenária, que foi aprovada com abstenção dos representantes (Feam, Igam, José Luiz de Magalhães
49 Neto, Faemg, Fetaemg, Fiemg e Smef, por não terem participado da referida reunião). Prosseguindo, passou-se
50 ao item do exame dos demonstrativos de receitas arrecadadas e despesas liquidadas do IEF relativas ao 2º
51 semestre de 2009, com apresentação do Sr. Carlyle dos Passos Laia. Na primeira intervenção, o conselheiro José
52 Cláudio questiona Carlyle, perguntando se “além dos recursos hídricos, há mais duas fontes principais de
53 arrecadação: a taxa florestal e os recursos diretamente arrecadados...nesses recursos estão incluídas as multas,
54 licenças, autorizações...é isso?” Carlyle responde que sim. Prossegue José Cláudio, indagando se nesses



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho de Administração do Instituto Estadual de Florestas

Secretaria Executiva

55 montantes está incluído tudo que o IEF arrecada. Questiona: “mas parece que o IEF tem recursos que são
56 repassados....eles também estão aí? Recursos que ele repassa para entidades não governamentais...” A Diretora
57 de Arrecadação, Alanna Mesquita, responde que o demonstrativo expõe “todas as receitas oriundas e
58 contabilizadas na unidade do IEF”. José Cláudio pergunta onde se inclui o que é repassado para as
59 entidades...Carlyle diz que há um item específico, Convênios. Alanna prossegue, indagando se ele quer saber é
60 da “questão da reposição florestal...que são entidades que fazem a reposição através de associação..é o extra-
61 orçamentário, que não aparece aqui... o que está ali é recurso arrecadado de quem pagou um DAE...quem se
62 associou, o recurso é extra-orçamentário, não aparece na contabilização”. Prossegue Carlyle: “esse recurso não é
63 arrecadado, por isso é que ele não entra na nossa contabilização, não entra efetivamente no caixa”.
64 Prosseguindo, os conselheiros João Paulo Sarmiento e Afonso Henrique dão explicações sobre a reposição
65 florestal, as modalidades existentes e as formas que as empresas têm para pagar essa reposição. A presidente se
66 manifesta e solicita aos conselheiros que permitam a exposição completa de Carlyle antes de apresentarem suas
67 perguntas. E acrescenta que no site do IEF, há mais de 10 dias, já estão disponibilizadas para consulta todas as
68 planilhas pormenorizadas, que não seria possível trazê-las impressas pois algumas têm mais de 300 folhas.
69 O conselheiro Geovane intervém explicando que o demonstrativo trata-se do que foi contabilizado pelo órgão
70 num determinado período e não do que *poderia* ter sido arrecadado, ou do que foi compensado de outra forma, o
71 que teria que ser apresentado pelo setor finalístico competente. João Paulo volta a explicitar a reposição florestal
72 e as 3 formas como ela pode ser paga pela empresa consumidora, conforme disposto em legislação: ou por
73 depósito diretamente na conta específica da reposição; ou mediante plantio, com recurso próprio em sua própria
74 área ou mediante o repasse do recurso devido a uma associação. **Com a palavra o conselheiro professor Célio**
75 **Valle, pontuando sobre a importância do instrumento da reposição florestal e o pouco entendimento que**
76 **a pessoas têm disso, dada a complexidade do assunto. Sugere que numa próxima reunião a diretoria**
77 **responsável faça uma apresentação didática sobre a reposição florestal.** O conselheiro José Cláudio fala que
78 ele entende o mecanismo da reposição e que tem dúvidas é quanto à atuação das operadoras/associações nesse
79 mecanismo, financeiramente falando; diz que não sabe qual é o controle social que se faz em relação a elas, já
80 que não são definidas mediante licitação ou outro controle público. O conselheiro Márcio também esclarece
81 detalhes sobre a reposição e sobre a auditoria que a SMEF faz na utilização desse instrumento pelas empresas.
82 Carlos Alberto pergunta a Carlyle se há como saber o valor arrecadado através das multas em 2009. Carlyle
83 mostra que foi de aproximadamente 10% do valor total de arrecadação do IEF. Em termos de despesas do
84 órgão, Carlyle destaca como mais expressivo o item de pagamento de pessoal. Demonstrou na planilha que o
85 ano de 2009 fechou com um *superávit* de aproximadamente 19 milhões de reais – lembrando a todos que as
86 contas foram auditadas e aprovadas pela Auditoria do Sisema, conforme Nota Técnica apresentada e
87 disponibilizada no site do IEF. Terminada a apresentação por Carlyle e Alanna, a presidente coloca em votação
88 o item analisado, que foi aprovado, com abstenção da Faemg e Fetaemg. O suplente de José Claudio, Sr.
89 Alexandre, pede a palavra para dizer que a representação da Feam gostaria que fosse votada a seguinte questão:
90 “suspender o repasse de arrecadação por reposição florestal do IEF a entidades não governamentais até que se
91 estabeleça sistema de controle com ampla participação dos setores governamentais e não governamentais”. Dra
92 Marisa sugere que seja apresentada uma exposição das reposições que foram feitas e de como está sendo feito o
93 controle disso, numa próxima reunião. **A pedido da presidente, o Sr. Alexandre deixa a proposta de que seja**
94 **enviado aos conselheiros, previamente à reunião, um relatório das reposições florestais bem como uma**
95 **proposta de um sistema de controle social com ampla participação do setor público e da sociedade civil.**
96 Prosseguindo, João Paulo acrescenta que reposição não é dinheiro público até o momento em que ela seja
97 internalizada. Reposição é um dever de quem consome; pode ser uma padaria, pizzaria, siderúrgica...tem que
98 repor, a partir do fato de que consome. **O conselheiro Ronaldo fala que na próxima reunião deve mesmo**
99 **haver uma apresentação completa e minuciosa de como funciona a reposição e de todos os mecanismos**
100 **envolvidos, para que, a partir de um completo entendimento do assunto, qualquer conselheiro possa até**
101 **questionar melhor o que não tiver ficado claro. O conselheiro José Medina concorda, dizendo que**
102 **realmente há um desconhecimento geral do instrumento da reposição florestal e da forma como ela é**
103 **aplicada, sendo assim muito pertinente o preparo dessa apresentação para a próxima reunião. Todos os**
104 **conselheiros aprovaram a inclusão desse item na próxima pauta. A conselheira Cleide acrescenta que só**
105 **após esta apresentação as pessoas terão conhecimento e embasamento para partir para outras questões**
106 **correlatas, como a forma de um possível controle social dos recursos direcionados às associações.**
107 Continuando a pauta, o conselheiro Ronaldo apresenta para votação as propostas para criação de 3 RPPNs. Em
108 seguida, ele pede que o professor Célio fale sobre a importância dessas áreas. O professor começa sua fala



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho de Administração do Instituto Estadual de Florestas

Secretaria Executiva

109 dizendo que esta é a parte mais importante da reunião, embora a parte burocrática também tenha relevância.
110 Lembrou que estamos no ano internacional da biodiversidade. Informa que o Estado de Minas Gerais já tem 40
111 mil hectares de áreas preservadas em RPPNs. **Sugere que seja feita moção para que as pessoas proprietárias**
112 **dessas áreas recebessem um documento do Conselho agradecendo em nome das futuras gerações; pessoas**
113 **que tiveram a coragem de por a mão no bolso e reservarem um pedaço de seus patrimônios para seus**
114 **filhos e netos, e para a fauna e a flora que não têm voz.** Diz que isso é um ato quase que religioso. **E pede**
115 **outra moção para ressaltar o trabalho da equipe de Ronaldo, especialmente o Élcio e a Madalena.**
116 **Complementa dizendo que é muito comum o funcionário público ser xingado, ser taxado de bandido,**
117 **preguiçoso e que não quer fazer nada. Fala que nasceu e viveu sendo funcionário público e que se orgulha**
118 **muito disso. E que estes dois funcionários são um belo exemplo de dedicação, que ele sempre vê os dois**
119 **envolvidos no trabalho. Pede, inclusive, que conste o elogio na folha funcional de ambos, até porque**
120 **estamos vivendo um momento em que a instituição está sofrendo, é bom que seja mostrado o que ela faz**
121 **e quem faz.** Lembra também que o meio ambiente de Minas deve muito a vários funcionários do IEF,
122 principalmente aqueles que estão lá no campo, que há muitos anos trabalham pela causa, antigamente até sem
123 condições ideais para exercer suas funções. Prossegue dizendo que ele gostaria de fazer publicar um livro, com
124 fotos e informações sobre cada RPPN, que pudesse depois ser enviado a cada proprietário, como agradecimento
125 e estímulo. Termina dizendo que preservar e valorizar o meio ambiente e as belas atitudes em prol dele é nossa
126 principal missão e destaca a importância da agricultura para todos nós e para toda a biodiversidade. **O**
127 **conselheiro Ronaldo completa que gostaria de ver aprovada uma moção para que cada um que se**
128 **propusesse a criar uma RPPN recebesse, depois, uma carta de agradecimento em nome do IEF, e que sua**
129 **diretoria se encarregaria disso.** Concluindo a pauta, a presidente coloca em votação a matéria, que teve
130 aprovação unânime das três RPPNs. **A presidente, na sequência, informa que está sendo analisada a**
131 **possibilidade de se agendar uma reunião extraordinária talvez para novembro. E responde ao conselheiro**
132 **Carlos Alberto que o item da redução florestal então será tratado pelo secretário executivo deste**
133 **Conselho e Diretor Geral do IEF, Dr. Shelley.** O conselheiro Claret parabeniza o Conselho e sugere que seja
134 o mesmo revisto conceitualmente, declarando-se insatisfeito com a atuação do Conselho de um modo geral.
135 Pondera que a participação do Conselho deve ser mais aguerrida, inclusive no sentido de se estar mais junto da
136 administração do IEF, colaborando também para uma maior credibilidade do órgão junto à sociedade. Professor
137 Célio informa que foi criado e está sob comando da Diretoria de Desenvolvimento e Conservação Florestal, o
138 Centro de Apoio à Reserva Legal e que vários seminários e cursos estão sendo realizados visando divulgar e
139 informar a todos os pequenos, médios e grandes produtores. A presidente avaliou positivamente a reunião e,
140 nada mais havendo a declarar, agradeceu a todos, colocou-se à disposição de todos na Vice Diretoria Geral para
141 quaisquer questionamentos e sugestões, e deu por terminada a reunião.

142

143

144 *Conselheira Inês F. Rasuck – Vice-Diretora Geral e Coordenadora do Conselho de Administração/IEF.*